



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 300 - Bairro Praia de Belas - CEP 90010-395 - Porto Alegre - RS - www.trf4.jus.br

INFORMAÇÃO

Senhora Supervisora-Assistente do Setor de Licitações:

Em atenção ao Encaminhamento NUCONT 6274360, e considerando os questionamentos apresentados pelas empresas Welt Solutions Consultoria Especializada (doc. SEI 6274281) e Pisontec Comércio e Serviços em Tecnologia da Informação (doc. SEI 6274349), relativamente ao Pregão Eletrônico nº 30/2022, fazemos os seguintes esclarecimentos:

- Questionamentos apresentados pela empresa Welt Solutions:

a) Questionamento 1:

"I. DIFERENÇA ENTRE O VALOR DA HORA TÉCNICA

3.1.8. Da Remuneração dos Serviços

3.1.8.1. A remuneração dos serviços será correspondente ao número de horas estabelecidas nas Ordens de Serviço, independente do número de profissionais alocados, observando-se os níveis mínimos de serviço (NMS) definidos.

3.1.8.2. Os serviços serão executados de segunda à sexta-feira, em dias úteis, das 08:00 às 22:00 horas, onde cada hora trabalhada, on-site, será faturada como 1,0 (uma) hora técnica, sendo considerada dessa forma hora normal.

3.1.8.2.1. Se o serviço for realizado de forma remota, cada hora trabalhada será faturada como 0,7 (zero vírgula sete) hora técnica.

(...)

3.1.8.6. As horas técnicas (ou frações destas) serão contadas a partir da chegada do técnico às dependências da CONTRATANTE (quando on-site) e o efetivo início dos trabalhos. Não serão contabilizadas as horas do tempo gastas pelo técnico com deslocamento, almoço, lanche, intervalos ou qualquer outro procedimento não relacionado diretamente ao suporte técnico.

I.a) HORA TÉCNICA ON-SITE X HORA TÉCNICA REMOTA

<i>HORA TÉCNICA ON-SITE</i>	<i>HORA TÉCNICA REMOTA</i>
<i>Nível de Serviços (NMS)</i>	<i>Nível de Serviços (NMS)</i>
<i>Segunda à sexta-feira, em dias úteis, das 08:00 às 22:00 horas</i>	<i>Segunda à sexta-feira, em dias úteis, das 08:00 às 22:00 horas</i>
<i>Hora contadas a partir do efetivo início do trabalho</i>	<i>Hora contadas a partir do efetivo início do trabalho</i>
<i>Sem custos adicionais</i>	<i>Sem custos adicionais</i>
<i>Custos Trabalhistas CLT Custo com Deslocamento do Funcionário para o TRF4</i>	<i>Custos Trabalhistas CLT Custo com Deslocamento para a sede/filial da Contratada Custo com equipamentos (computador/impressora entre outros) Custo Infraestrutura (internet, energia, água, café entre outros). Custos sobre depreciação Outros custos</i>

Com base no quadro acima, fica notório que não existe diferença de preço entre hora on-site e hora remota, tendo em vista o que segue:

- 1. O serviço será executado por demanda tendo como base o Nível do Serviço, que são iguais em ambos tipos.*
- 2. O horário de execução das demandas serão as mesmas independente da forma*
- 3. A hora técnica a ser paga não computa nenhum tipo de custo a mais, os quais deverão ser absorvidos pela contratada*

4. Os custos que a contratada tem com um profissional, principalmente em regime de CLT, são similares, independente de ser on-site ou remoto.

5. Os custos da contratada com horas extras, independente da forma (remoto/on-site) são os mesmos.

É importante ressaltar que os custos de um profissional especialista, não se resumem ao trabalhistas e deslocamentos quando é o caso, mas tem todo um aparato infra administrativo que cerca a manutenção de um profissional, independente da forma em que o mesmo exerça suas atividades (on-site ou remoto).

Assim, entendemos que conforme orientação o TCU em sua súmula 269, o valor da hora técnica será o mesmo, tanto on-site quanto remoto, tendo em vista que os níveis de serviços a serem executados são os mesmos. Além de que, a redução de 30% nos custos das horas remotas impactarão nos custos reais das contratadas, que pela legislação dos direitos trabalhistas e administrativos não pode reduzir o salário, benefícios e infraestrutura do profissional.

Ainda, os próprios Tribunais e outros órgãos públicos tem utilizados de serviços remotos, porém, os salários de seus funcionários não tem nenhum percentual diminuído, pelo fato do serviço não esta sendo exercido presencialmente, seus proventos são pagos integralmente, tendo horas normais quanto as horas extras.

Estamos corretos em nosso entendimento?"

Resposta: Não está correto o entendimento da licitante. O objeto da contratação compreende serviços com remuneração por tarefas e está vinculada ao atendimento de níveis de serviços, em total conformidade com as orientações presentes na Súmula nº 269 do Tribunal de Contas da União. Ressaltamos ainda que os serviços não contemplam contratação por posto de trabalho e tampouco há mão-de-obra com dedicação exclusiva, ou seja, a remuneração integral dos profissionais não fica vinculada a presente contratação. Convém observar ainda que os serviços objeto da contratação estão de acordo com o praticado no mercado de TI.

b) Questionamento 2:

"II. EXIGENCIA DE CERTIFICAÇÃO

1.4.1.2. 1 (um) profissional com certificação "VMWARE Certified Professional - Network Virtualization (VCP-NV)", emitida pela empresa VMWARE.

No mercado de trabalho existe uma dificuldade imensa em encontrar um perfil profissional que apesar do vasto conhecimento e experiencia na ferramenta, tem a certificação VCP-NV, sendo assim, entendemos

que a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica de pleno conhecimento e experiencia na ferramenta, seja o suficiente para comprovação da aptidão do profissional para execução do serviço.

Em sendo indispensável a referida certificação que seja dado um prazo de 6 meses, apos o inicio do contrato para que o profissional responsável faça a devida certificação.

Estamos corretos em nosso entendimento?"

Resposta: Não está correto o entendimento da licitante. Os profissionais indicados para a prestação dos serviços deverão possuir a qualificação estabelecida no subitem 3.1.4.3.2 (Subitem 3.1.4.3.2, 3.1.4.3.2.1.1 e 3.1.4.3.2.1.2) e deverão estar disponíveis para iniciarem a prestação dos serviços no prazo de 10 (dez) dias corridos contados do início de vigência do contrato, conforme estabelecido no subitem 3.1.4.3.1.

Informação: - Questionamentos apresentados pela empresa Pisontec Comércio e Serviços em Tecnologia da

a) Questionamento 1:

"I – VINCULO EMPREGATÍCIO ITEN EDITAL

1.5. Por ocasião do início dos serviços serão exigidos documentos que comprovem a regularidade do vínculo empregatício dos trabalhadores que vierem prestar serviço nas dependências do TRF4, nos termos a minuta de contrato anexa ao presente edital. Por se tratar de profissional especialista no assunto com registro no conselho profissional, nem todas as empresas têm de forma permanente em seu quadro todos os especialistas de todas as áreas e com todas as certificações.

É possível verificar que já existe decisão do TCU contra essa prática.

Acórdão 12879/2018 - Primeira Câmara Data da sessão 16/10/2018

Relator AUGUSTO SHERMAN Área Licitação Tema Qualificação técnica Subtema Exigência

Enunciado. Configura restrição ao caráter competitivo da licitação a exigência, para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional (art. 30, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993), da demonstração de vínculo societário ou empregatício, por meio de carteira de trabalho, do responsável técnico com a empresa licitante, sendo suficiente a comprovação da disponibilidade do profissional mediante contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil. Assim, ao invés da apresentação de profissional certificado no quadro de funcionário da Licitante, pode-se exigir a apresentação dos profissionais com as devidas certificações e experiência necessárias no ato da assinatura do contrato, ou seja, ser aceitos profissionais certificados cuja contratação se dê por prestação de serviço, sem vínculo trabalhista com a Licitante."

Resposta: Não está correto o entendimento da licitante. Cumpre-nos observar inicialmente que a área de atividade dos profissionais não exige registro em conselhos de classe ou profissionais, e tampouco há essa exigência no Edital. Observamos também que o Acórdão 12.879/2018, da Primeira Câmara do Tribunal de Contas da União, trata da necessidade de demonstração de vínculo societário ou empregatício, juntamente com outros documentos como cópias de anotações da Carteira de Trabalho, guias de recolhimento de FGTS e GFIP, exclusivamente para o responsável técnico daquela contratação como exigência de habilitação, o que não é admitido pela jurisprudência do TCU. Na presente contratação, a comprovação de vínculo dos profissionais é exigida quando do início dos serviços, estando em conformidade com a jurisprudência e legislação vigentes. Convém observar ainda que a presente contratação admite a subcontratação dos serviços, no limite máximo de 50%, conforme disposto no subitem 1.5 do Edital.



Documento assinado eletronicamente por **Cristian Ramos Prange, Diretor de Tecnologia da Informação**, em 21/09/2022, às 14:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php> informando o código verificador **6274881** e o código CRC **D31A1C80**.